

FICHA 5

(CORREÇÃO)

MÓDULO 4

3. Triunfo dos estados e dinâmicas económicas nos séculos XVII e XVIII

3.1 Reforço das economias nacionais e tentativas de controlo do comércio

3.2 A hegemonia económica britânica

3.3 Portugal – dificuldades e crescimento económico

Grupo I

1. Enquadrar a ideia central do texto no alargamento do comércio europeu, nos séculos XVII e XVIII.

- Nos séculos XVII-XVIII, o grande comércio oceânico afirma-se com a atividade económica que maiores lucros gera. Seguindo as pisadas dos países ibéricos, a Holanda, a França e a Inglaterra afirmam-se como potências coloniais, explorando territórios, tráficos e produtos nas Ásia, África e América. É este dinamismo comercial que justifica o sentimento do autor, que se confessa maravilhado pela diversidade de produtos que afluem das regiões mais longínquas.

2. Esclarecer o lugar ocupado pela Inglaterra nesse mesmo comércio.

- À data do texto, a Inglaterra possuía já um importante império colonial e disputava, com a França, a hegemonia no comércio marítimo, que virá a deter após a Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Londres era, pois, um dos pontos comerciais mais concorridos da Europa.

3. O relato de J. Addison ilustra:

- b)** a época do capitalismo comercial porque mostra o grande comércio como o motor da riqueza particular e pública.

Grupo II

1. Apresentar, partindo do Doc. 1, as razões do “lastimoso” estado do nosso comércio.

- No século XVII, Portugal pouco produzia, vivendo sobretudo da reexportação dos produtos coloniais, como o açúcar, tabaco e especiarias, principalmente.
- Nas últimas décadas do século XVII, uma crise comercial de grandes proporções diminui a procura desses produtos. Em Lisboa, os *stocks* não se escoam, mesmo a baixos preços (“...por falta de valor, não têm saca”).
- Deste modo, todas as nossas compras ao estrangeiro tinham de ser pagas em numerário, acentuando o défice da nossa balança comercial (“... os estrangeiros para se pagarem das (mercadorias) que metem no Reino, levam o dinheiro”).

2. Referir, com base no Doc. 2, a solução encontrada para resolver a situação económica a que alude Duarte Ribeiro de Macedo (Doc.1).

- O contrato celebrado com Rolando Duclos é um exemplo da política industrializadora levada a cabo pelos governantes portugueses, em especial pelo vedor da Fazenda de D. Pedro II, o Conde da Ericeira. Na impossibilidade de continuar a pagar em numerário as importações, a solução encontrada foi libertar o país da dependência estrangeira, implementando no reino as manufaturas.

3. As Pragmáticas (Doc. 3):

- a)** têm por objetivo proteger a indústria nacional diminuindo as importações.

4. Mostrar o carácter mercantilista de cada um dos documentos apresentados.

- O Doc. 1 expressa a ideia central do Mercantilismo, o valor do metal precioso para a riqueza do Estado, considerando-o “o sangue das repúblicas”.
- Os Docs. 2 e 3 enquadram-se na preocupação mercantilista relativamente à balança comercial de saldo positivo, vista como único meio de atrair ouro ao reino ou, pelo menos, de evitar a sua saída. Com esse fim, impunha-se a redução das importações, quer cerceando o luxo (Doc. 3), quer fomentando a produção nacional. O fomento manufatureiro promovido pelo Estado, que atrai artífices estrangeiros e lhes concede privilégios, foi uma das medidas mais comuns do Colbertismo.

Grupo III

1. Explicar a evolução registada nas exportações de vinhos portugueses para Inglaterra (Doc. 1).

- No período considerado, o gráfico mostra uma tendência de crescimento das exportações de vinhos portugueses para Inglaterra. Essa evolução deve-se, em grande medida, ao Tratado de Methuen, assinado em 1703, que favorecia a entrada dos vinhos portugueses em Inglaterra, visto pagarem menos 1/3 dos direitos alfandegários cobrados aos vinhos franceses.

2. Indicar três produtos que, à data considerada, faziam a “opulência do Brasil” (Doc. 2).

- Ouro, açúcar e tabaco.

3. Apresentar, partindo do Doc. 3, duas evidências da dependência económica portuguesa face à Inglaterra.

- O ouro vindo do Brasil, bem como o lucro do nosso comércio com esta colónia, acabava nas mãos dos Ingleses, como pagamento dos produtos que nos vendiam.
- O mercado britânico nos fornecia $\frac{3}{4}$ do trigo e dos produtos manufaturados que consumíamos, o que revela uma dependência excessiva face às importações de Inglaterra;

4. O Marquês de Pombal:

- a) protegeu as manufaturas, criou companhias monopolistas de comércio e dignificou o estatuto da burguesia.

5. Sequência de letras correta:

E); B); D); F); A); C)

6. Desenvolver o tema:

A economia portuguesa: do fracasso da política industrializadora de Ericeira à ação do Marquês de Pombal

Introdução: Referência à atividade mercantil do país, baseada no transporte e comercialização de produtos coloniais e à debilidade permanente da nossa produção manufatureira.

Fatores que condicionaram o abandono do esforço industrializador do fim do século XVII

- A política industrializadora das décadas de 1670-80 foi uma resposta à conjuntura de crise comercial que a Europa e o país atravessavam e que nos impedia de adquirir ao estrangeiro os muitos produtos que não produzámos; inspirada pela ação de Colbert, reservou ao Estado um papel primordial.
- No fim do século, a conjuntura de crise inverteu-se e o açúcar, o tabaco e as especiarias voltaram a vender-se por bom preço nos mercados europeus, gerando uma maior liquidez.
- Concomitantemente, a descoberta de minas de ouro no território brasileiro trouxe a Portugal uma riqueza inesperada, permitindo aquisição fácil de todo o tipo de bens (Doc.1).

- Em complemento, o Tratado de Methuen, assinado entre Portugal e a Inglaterra em 1703, em troca das exportações dos nossos vinhos (Doc.2), anula as restrições à entrada dos têxteis britânicos, trazendo às nossas fábricas dificuldades acrescidas, dada a alta qualidade e o baixo preço dos tecidos ingleses.
- Fruto destas circunstâncias, o esforço industrializador esmoreceu, a maioria das fábricas encerrou e o país regressou à sua vocação comercial.

Apropriação do ouro brasileiro pela Inglaterra

- Nossa aliada política e suporte da causa portuguesa no processo da Restauração, a Inglaterra recebeu em troca, grandes facilidades comerciais.
- A produção manufatureira inglesa muito competitiva e o poderio comercial que esta potência adquire nos séculos XVII e XVIII, permitem-lhe aproveitar devidamente as vantagens oferecidas pelo mercado português, sobretudo após a Tratado de Methuen.
- Deste modo, as exportações britânicas para Portugal, na primeira metade do século XVIII, não param de crescer. O défice da balança comercial portuguesa acentua-se e, compensado com dinheiro, drena o ouro que nos chega do Brasil (Doc. 3).

Linhas de força da política económica de Pombal

- A política pombalina orienta-se por dois seguintes vetores principais:
 - *redução do défice comercial com a Inglaterra*, para o que implementa uma política de fomento industrial, com vista à autossuficiência do país (Doc. 4): revitalização de antigas manufaturas, criação de novas unidades industriais, concessão de privilégios e outros incentivos;
 - *nacionalização do comércio português, sobretudo o comércio colonial*, que havia caído em mãos estrangeiras (Doc.4). Com esse objetivo em vista, cria um organismo regulador central, a Junta do Comércio, à qual entrega o controlo das alfândegas e o licenciamento das atividades comerciais, entre outras funções. Empenha-se também na constituição de companhias monopolistas privilegiadas, suficiente fortes para fazerem face aos interesses ingleses. Estas ações são reforçadas pela valorização do grande comércio, tornado profissão nobre, e pela formação profissional dos comerciantes, através de uma “Aula do Comércio”.